

ARTIGO

**DOSSIÊ QUESTÕES RACIAIS, EM INTERSECÇÃO, COMO AGENTES DE
TRANSFORMAÇÃO NO CAMPO DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM**

REPENSE E A URGENTE DEMANDA NEGROLINGUÍSTICA

Repense and the urgent negrolinguistic demand

Repense y la urgente demanda negrolingüística

Fernanda de Oliveira Cerqueira¹
(UFBA)

Larissa da Silva Fontana²
(Unicamp)

Rogério Modesto³
(UESC)

Recebido em: maio de 2022

Aceito em: setembro de 2022

DOI: 10.26512/les.v23i2.43480

¹ Doutora e mestra em Letras (Língua e Cultura), na linha de Variação da Língua Portuguesa e Teoria da Gramática, pelo PPGLinC/UFBA. Licenciada em Letras Vernáculas pela UFBA. Possui experiência docente na educação básica e superior. Atua com Linguística Gerativa, Sociolinguística, Raciolinguística e Ensino de Gramática. É membra fundadora da REPENSE – Rede de Pesquisadores Negres de Estudos da Linguagem. E-mail: f.cerqueira@ufba.br / f.cerqueira@hotmail.com.

² Doutoranda em Linguística pelo IEL/Unicamp, mestra em Linguística pela mesma Instituição. Licenciada em Letras pela Unioeste, Campus de Cascavel. Pesquisa, na Análise do Discurso Materialista, designações que envolvem o processo de racialização de mulheres negras em diferentes momentos da história do Brasil. É membra fundadora da REPENSE – Rede de Pesquisadores Negres de Estudos da Linguagem. E-mail: larissa_svfontana@hotmail.com.

³ Doutor e mestre em Linguística pelo IEL/Unicamp. Graduado em Letras Vernáculas - Licenciatura e Bacharelado pela UFBA. Professor do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. Realiza pesquisa em Análise de Discurso de perspectiva materialista e em História das Ideias Linguísticas, buscando compreender o funcionamento dos discursos racializados na formação social brasileira. É membro fundador da REPENSE – Rede de Pesquisadores Negres de Estudos da Linguagem. E-mail: roger.luid@gmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta um breve inventário da REPENSE – Rede de Pesquisadores Negres de Estudos da Linguagem. Refletindo sobre a criação e as ações da rede, pautas substantivas se colocam: a valorização da articulação entre racialidade e língua nos estudos da linguagem e a (não) visibilidade de intelectuais negres neste campo. Nesse inventário, advogamos em defesa da associação entre raça e língua(gem) em suas áreas de atuação e defendemos o combate ao epistemicídio. Logo, a historicização da rede tanto viabiliza tais discussões, quanto demarca um trajeto em busca de um espaço de mobilização cuja ocupação se faz cada vez mais necessária.

Palavras-chave: REPENSE. Linguagem. Raça. Epistemicídio. Negrolinguística.

ABSTRACT

This work presents a brief inventory of REPENSE – Black Researchers in Language Studies Network. By reflecting on its creation and actions, substantive guidelines arise the valorization of the articulation between race and language in language studies and the (non) visibility of black intellectuals in this field of activity. In this inventory, we advocate the association between race and language within the scope of their areas of action and defend the fight against epistemicide. Therefore, the historicization of the network enables such discussions and demarcates a path in search of a space for mobilization whose occupation is increasingly necessary.

Keywords: REPENSE. Language. Race. Epistemicide. Blacklinguistics.

RESUMEN

Este trabajo presenta un inventario de REPENSE – Red de Investigadores Negros en Estudios del Lenguaje. Reflexionando sobre su creación y acciones, surgen lineamientos sustantivos: la valorización de la articulación entre racialidad y lenguaje en los estudios del lenguaje y la (no) visibilidad de los intelectuales negros en este campo. En este inventario, abogamos en defensa de la asociación entre raza y lengua en sus áreas de actuación y defendemos la lucha contra el epistemicidio. La historización de la red permite tales discusiones y marca un camino en busca de un espacio de movilización cuya ocupación es cada vez más necesaria.

Palabras clave: REPENSE. Lenguaje. Raza. Epistemicidio. Negrolingüística.

INTRODUÇÃO: REPENSE COMO INSTÂNCIA NEGROLINGUÍSTICA

Em 2020, a pandemia originada pela intensa circulação do vírus Sars Cov2, o coronavírus, mexeu profundamente com a normalidade que conhecíamos na contemporaneidade. Se, por um lado, em muito sentidos foi possível dizer que "a vida parou", por outro lado, não se pode dizer que o racismo⁴ tenha diminuído ou recuado, na medida em que, ainda que no contexto de minimização do contato físico humano, não faltaram acontecimentos atestando a vitalidade desse sistema de opressão. Fomos obrigados a assistir a inúmeros casos de violências contra a população negra, dentro e fora do Brasil, tais como os assassinatos de George Floyd e de João Pedro, crescimento da população em situação de rua e/ou em insegurança alimentar (majoritariamente negra), aumento exponencial de casos de violência doméstica contra mulheres negras. É nesse contexto social que um grupo de estudantes, professores e pesquisadores negres, com diferentes graus de formação, diferentes filiações

⁴ Sistema de opressão orientado pela subalternização de pessoas não brancas, com destaque para as populações negra e indígena, no caso do Brasil, cujas ações manifestam-se concomitantemente nas esferas da ideologia, do direito, da economia e da política (ALMEIDA, 2018).

institucionais, de diferentes áreas de pesquisa e atuação se reuniram motivados pela necessidade de pautar ações contra o racismo no campo dos estudos da linguagem, criando, então a REPENSE.

O surgimento desse coletivo político, por meio de seu manifesto⁵, decorre da necessidade de destacar o fator raça como norteador para compreensão de inúmeros aspectos da língua e da linguagem, em diferentes áreas, tais como Linguística, Linguística Aplicada, Filologia, Tradução, Literatura, Pedagogia, Filosofia e Comunicação, tendo em vista que a língua(gem) não é campo pacífico, pois “[s]e por um lado, o sujeito se submete à língua, por outro, a língua muda por meio do sujeito e das convenções da língua [...] as línguas não são neutras e sempre são atravessadas por processos de poder, como os próprios sujeitos” (NASCIMENTO, 2020, p. 20).

Ademais, outra questão se coloca frente ao surgimento da rede: onde estão os profissionais negres de estudos da linguagem? Sabemos, obviamente, que não somos poucos, embora o agenciamento do corpo negro como capital para o empreendimento colonial, aliado às políticas de branqueamento, comprometam nossos acessos ao ensino superior, conforme evidenciado com a sanção da Lei 12.711/12, amplamente conhecida por Lei de Cotas. Contudo, o epistemicídio – operador a partir do qual são implementadas técnicas de inferiorização intelectual de pessoas não brancas, resultando no apagamento de sua produção (CARNEIRO, 2005) – escamoteia nossa contribuição para compreensão dos diversos fenômenos da língua(gem). Nesse sentido, há uma proeminência de corpos e narrativas brancas acerca da língua(gem), ao passo que, constantemente, pessoas negras são acionadas como objetos de estudo e não como sujeitos de pesquisa (CERQUEIRA, 2022).

Nesse sentido, entendemos que a REPENSE nos fornece evidência empírica para a constatação da demanda por uma agenda de trabalho Negrolinguística⁶, em que narrativas sobre a língua(gem), bem como corpos negres, ocupem protagonismo nos mais diversos campos de estudos da linguagem. Para tanto, o trabalho se divide em três seções. Esta primeira é composta de duas subseções: “Língua e Raça: Intersecções Possíveis” e “Invisibilização de profissionais negres nas ciências da linguagem”. A seguir, apresentamos mais duas seções: “Histórico da REPENSE”, em que discorreremos sobre o processo de formação de nosso coletivo, e “Principais ações realizadas”, na qual refletimos sobre os desafios e desdobramentos das ações que realizamos até o momento. Por fim, concluímos o texto com a seção “Próximos passos: ocupar e mobilizar”, em que buscamos reverberar

⁵ Disponível em: <https://www.repense.org/p/manifesto.html>

⁶ O termo Negrolinguística é apresentado por nós com intuito de localizar a discussão proposta pela Raciolinguística (ALI et al., 2014) na emancipação de intelectualidades negras, no que tange o estudo da língua(gem). Tal “neologismo” fundamenta-se política e teoricamente na agenda antirracista, em que se prevê tanto empoderamento de corpos negres, quanto a valorização/circulação de suas produções intelectuais (hooks, 2013).

a importância e necessidade de uma organização coletiva negra frente ao campo de estudos da língua(gem) brasileiros.

1. LÍNGUA E RAÇA: INTERSECÇÕES POSSÍVEIS

Institucionalmente, interseccionalidade é concebida como investimento teórico-analítico na articulação de epistemologias de gênero, raça e classe (CRENSHAW, 1991), não obstante, sendo acionada como ferramenta analítica do Feminismo Negro (AKOTIRENE, 2018), haja vista que intelectualidades feministas negras seguem encruzilhando historicamente tais sistemas de opressão (DAVIS, 2016 [1981]; BAIROS, 1995). Entretanto, apesar de não enveredarmos ativamente entre os âmbitos de gênero e de classe, entendemos “[...] a linguagem como um lugar de disputa dos poderes, mas, sobretudo, de reafirmação dele” (NASCIMENTO, 2020, p. 89).

Diante disso, compreendemos que a língua(gem) – em toda sua complexidade, cujas multifacetadas incorrem na necessidade de filiações teóricas diversas, as quais tendem a ser de ordem sistêmica, biológica, sociofuncional, cognitivista, ideológica, histórica, interdisciplinar, cultural, pedagógica e política – não escapa aos elementos estruturantes das sociedades ocidentais. Logo, é mister avaliar as implicações de gênero, de raça, de sexualidade e de classe nos estudos da linguagem, muito embora, na oportunidade em questão, nos detenhamos à raça.

Considerando que o linguicídio (RAJAGOPALAN, 2010) – extermínio linguístico por meio da subalternização e/ou genocídio de povos – é uma forte herança do empreendimento colonial, a hierarquização de sujeitos estabelecida sob esse contexto de exploração, de brancos contra indígenas e africanos, é tanto amparada quanto fundante do racismo. Com efeito, a racialização afeta as línguas ao passo que figura como instrumento de dominação da/para colonização e que forja hierarquias sociais (FANON, 1968; HALL, 2003).

Portanto, a linguagem funciona também permitindo a consolidação de um padrão de hierarquização racial e sociocultural estabelecido a partir desse contexto histórico (MBEMBE, 2014). Não por acaso, para Hall (2003), o racismo opera na condição de categoria discursiva reverberando em sistemas de poder socioeconômico, excludente e exploratório, ao passo que a linguagem é acionada na construção dessas hierarquias (BORGES; MELO, 2019).

Numa direção discursiva, Modesto (2021) aponta que se: i) é possível falar em efeitos raciais na constituição e diferenciação dos sujeitos; e ii) se é possível pensar os efeitos da colonização patriarcal, capitalista, imperialista e racista nas condições de produção dos discursos no Brasil; então, é possível dizer que, os discursos - e portanto a língua, enquanto forma material dos discursos -

constituídos e formulados nas condições de produção da formação social brasileira ressoam contundentemente questões de raça (e também de classe e gênero), explícita ou implicitamente.

Além disso, como aponta Gonzalez (1983), manifestações linguísticas associadas à população negra, em decorrência da ação de suas línguas ancestrais e de sua comprometida escolarização, culminam em processos discriminatórios. Nessa direção, Nascimento (2020) denuncia a face do racismo naquilo que, até então, em Linguística, vinha sendo tratado por “preconceito”

[o] chamado preconceito linguístico, que aqui abordaremos também como produzido como preconceito racial na linguagem, se dá por meio de uma ampla campanha patrocinada pela grande imprensa e pelos grupos de poder do país. [...] O preconceito racial aqui é entrelaçado com o social e o linguístico (naquilo que quero chamar aqui de **racismo linguístico**, e que se desenha através do linguicídio, ou seja, do extermínio do outro não branco) fica mais aparente se nos detivermos nas políticas linguísticas. O fato da maioria dos brasileiros (ou seja, pessoas negras) estar condicionada às formas mais precárias de educação linguística impostas para populações afro-brasileiras e indígenas (NASCIMENTO, 2020, p. 14, grifo nosso).

Sob esse viés, a Raciolinguística apresenta-se como subárea entre os estudos da linguagem em que se visa “perguntar e responder questões críticas sobre as relações entre língua, raça e poder através de diferentes contextos e sociedades étnico-raciais” (ALIM, 2016, p. 3). Essa proposta mostra-se indispensável no que tange à intersecção de língua(gem) e raça, especialmente, em Estados fundados com base na escravização de sujeitos não brancos. No entanto, definitivamente, não é pioneira no que concerne à articulação de raça e língua(gem), haja vista que, só no Brasil, desde o final da década de 70, tal demanda se coloca, mesmo sem o devido crédito.

Logo, defendemos a importância do fator racial nos estudos da língua(gem) em suas mais diversas esferas, com o devido destaque para a negritude, uma vez que apresentamos aqui o termo Negrolinguística com intuito de emancipar intelectualidades negras, um dos principais objetivos da REPENSE.

2. INVISIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS NEGRES NAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

Sabe-se que tanto a escravização, quanto o pós-abolição conferiram condições de subalternização e vulnerabilidade socioeconômica à população negra, ao passo que, não por acaso, o acesso à escolarização é um dos direitos fundamentais, previstos na constituição de 1988, do qual mais fomos alijados historicamente (ALBUQUERQUE, 2009).

Nessa seara, a Lei 12.711/2012 é uma das mais importantes ações afirmativas, isto é, políticas públicas cujo objetivo é garantir a inserção social, efetivando, dessa maneira, o princípio

constitucional da igualdade material⁷ à população negra. Essa, dentre outras leis, apresenta o reconhecimento de uma sociedade fundamentada no racismo, abrindo precedente para a mobilidade econômica de segmentos sociais historicamente marginalizados.

Dito de outro modo, embora, no curso do tempo, a população negra tenha conseguido se inserir, de maneira mais expressiva, na educação básica, há, ainda, grande dificuldade em seu acesso e permanência no ensino superior (SANTOS, 2009). Consequentemente, também temos pequenas representações numéricas em programas de pós-graduação, em comparação com massivo percentual de pessoas brancas. Esse é um dos eventos de onde decorre a falácia de que não há produção intelectual negra no âmbito acadêmico, com destaque para as ciências da linguagem. Contudo, é preciso considerar que nosso acesso ao ensino superior se deu tardiamente, por intervenções do próprio Estado, que, apenas no século XX, autoriza nosso acesso à escola básica. Por conseguinte, nosso ingresso em programas de pós-graduação também é tardio, gradativo e localizado, o que corrobora a ação do epistemicídio que invisibiliza e desautoriza nossos trabalhos. Em síntese,

[...] da dupla articulação do dispositivo de racialidade ao biopoder emerge um mecanismo específico que compartilha da natureza dessas duas tecnologias de poder: o epistemicídio, que coloca em questão o lugar da educação na reprodução de poderes, saberes, subjetividades e “cídios” que o dispositivo de racialidade/biopoder produz (CARNEIRO, 2005, p. 2).

Assim, com base Foucault (1979) e em Boaventura Santos (1995), Carneiro (2005) propõe revisão do fenômeno do “epistemicídio”, o apagamento de saberes, à medida que biopoder e racialidade são acionados como vetores nesse processo. Portanto, o epistemicídio atua como operador a partir do qual se estabelecem estratégias de inferiorização intelectual da pessoa negra, culminando no rebaixamento de sua produção. Esse é

[...] um conceito extraído da reflexão de Boaventura Sousa Santos (1995), que integramos ao dispositivo de racialidade/biopoder, como um dos seus operadores por conter em si tanto as características disciplinares do dispositivo de racialidade quanto as de anulação/morte do biopoder. É através desse operador que este dispositivo realiza as estratégias de inferiorização intelectual do negro ou sua anulação enquanto sujeito de conhecimento, ou seja, formas de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão. Ao mesmo tempo, e por outro lado, o faz enquanto consolida a supremacia intelectual da racialidade branca (CARNEIRO, 2005, p. 10).

Outrossim, ainda há poucos intelectuais negres da linguagem ocupando coordenações de programas de pós-graduação, chefias de departamentos, comitês editoriais, condição de avaliadores de projetos de pesquisa nas agências de fomento, bem como nas comissões para atribuição de recursos

⁷ Igualdade material é um princípio jurídico, pautado na igualdade formal, segundo o qual todos devem ser iguais mediante à lei (SANT'ANNA, 2006, p. 57).

a pesquisa. Tais fatos, por sua vez, corroboram para a errônea compreensão de que não haja significativa produção intelectual de pessoas negras, tendo em vista que, não por meritocracia, mas por uma forte ação política, econômica e sociohistórica são intelectualidades brancas as epistemes validadas como saber científico.

3. HISTÓRICO DA REPENSE

Enquanto pessoas negras, de diferentes gerações e regiões do país, todes crescemos sob os inúmeros impactos da violência sistêmica racista em nossas (sobre)vivências, violência essa que assume contornos particulares frente a nosso acesso a espaços de prestígio e poder, como a academia. Apesar da gradual ampliação da presença negra nas universidades - vivenciada nos últimos 20 anos em decorrência, principalmente, da luta dos movimentos negros pela política de cotas étnico-raciais -, ao nos tornarmos pesquisadores negres, seguimos enfrentando o epistemicídio - com o constante sufocamento da possibilidade de produção intelectual negra -; a solidão - visto que, muitas vezes, estamos majoritariamente entre pessoas brancas; o descrédito - uma vez que nossas pesquisas, especialmente se preocupadas com a questão racial, são consideradas “passionais” - e o silenciamento - dada a dificuldade de nossas pesquisas, demandas e denúncias romperem as relações de poder historicamente consolidadas na produção de conhecimento brasileira.

No contexto pandêmico, em que nos encontramos isolados, vivenciando regimes de trabalho e estudo remotos ainda mais penosos e desiguais, o fato de que as instituições sociais - ainda hegemonicamente brancas - seguiram, ininterruptamente, silenciando críticas, práticas e vivências de sujeitos negres nos espaços acadêmicos, nos impôs a urgência de ações concretas de enfrentamento ao racismo estrutural que permeia nossa formação sócio-histórica colonial e que se reverbera também no campo dos estudos da língua(gem).

Como dissemos anteriormente, frente a essa complexa conjuntura, em junho de 2020, nosso grupo - composto por intelectuais negres de diferentes áreas, universidades, formações, regiões, idades e corpos - decidiu se reunir para discutir a possibilidade de uma rede de apoio, contato e acolhimento a pessoas negras que se dedicassem ao estudo da língua(gem). Assim, tem início a REPENSE, a Rede de Pesquisadores Negres de Estudos da Linguagem, formada, naquele momento, por estudantes, pós-graduandos, professores e pesquisadores antirracistas do campo da Linguística Aplicada e da Linguística (LA/L).

Enquanto coletivo, nossa união se pautou, principalmente, na necessidade de cada vez mais negres nas universidades brasileiras, seja na graduação, na pós-graduação ou na docência de Ensino Superior e, portanto, era fundamental engrossarmos a defesa das cotas raciais em vestibulares, em

processos seletivos de pós-graduação e em concursos públicos, especialmente na área da linguagem. Além disso, ao longo de nossa atuação, essa necessidade foi reafirmada e reformulada a partir da urgência de um maior diálogo entre pessoas negras pesquisadoras, pessoas negras profissionais da educação básica e pessoas negras egressas de graduações no campo da linguagem, pois essas vivências compartilhavam do isolamento e do pouco (ou nenhum) incentivo para produzir conhecimento nesse campo. Entendíamos, entretanto, que essa entrada imprescindivelmente exigiria um maior apoio a estudantes, pesquisadores e docentes negres, o que só encontraríamos nas instituições a partir da luta política e acadêmica negra que vem, há décadas, pressionando e denunciando as práticas racistas da/na academia, como a subrepresentatividade das pessoas negras nas instituições, nas publicações, nos eventos e nos quadros da L/LA e da ciência brasileiras.

Para o coletivo, a estratégia de luta mais acertada era tensionar os diversos espaços institucionais que cada um de nós ocupava de forma a ampliar a discussão sobre o racismo nas instituições de ensino superior e a divulgação político-científica de pesquisadores e pesquisas dedicadas a interações entre língua(gem), raça e racismo, nas diferentes áreas da L/LA brasileira. A nosso ver, tal ampliação poderia combater às políticas educacionais, epistemológicas e linguísticas racistas, em que a pessoa negra é tutelada pelo Estado e limitada às representações da sociedade civil, ocupando regularmente a posição de objeto destituído de voz ou incapacitado para a construção de suas próprias possibilidades epistêmicas, o que todes víamos acontecer em nossas respectivas áreas de pesquisa, eventos científicos, publicações e associações de pesquisadores.

Como forma efetiva de conquistar tal ampliação, em nosso manifesto, publicado em 27 de junho de 2020, estabelecemos alguns objetivos para os quais vislumbrávamos uma construção coletiva entre nós, do grupo organizacional, e todes pesquisadores negres do campo da linguagem que se identificassem com nossas experiências e demandas.

Dentre nossos objetivos coletivos estão os de: a) ampliar o debate e pensar em ações contra a desigualdade étnico-racial dentro e a partir da Linguística Aplicada e da Linguística; b) fazer alianças com instituições de interesse, como associações de pesquisadores negres; c) combater práticas racistas, etnocêntricas, machistas, capacitistas, LGBTQfóbicas, fascistas e neoliberais, por meio de iniciativas coletivamente construídas; d) reunir e reivindicar a visibilidade de informações sobre linguistas negres; e) promover e fortalecer contatos entre cientistas da linguagem negres do/no Brasil e fora dele, em especial no Continente Africano; f) pensar, construir e reivindicar formas de permanência de pesquisadores negres nos programas de pós-graduação e graduação, frente aos cortes orçamentários anunciados pelos governos; g) conhecer e divulgar pesquisas realizadas por pesquisadores negres nos estudos da linguagem (REDE DE PESQUISADORES NEGRES..., 2020, s/p).

Sabíamos que não éramos os únicos a almejar um campo de estudos linguísticos mais representativo do povo brasileiro - composto, como se sabe, por mais de 52% de pessoas negras (IBGE, 2019). Sabíamos que éramos muitos mais do que o pequeno círculo de 22 pessoas negras que reunimos naquele primeiro momento; e que, apesar de socialmente minorizados nos espaços que se reivindicam detentores de nosso registro na história e na memória hegemônica, existíamos e resistíamos, muitas vezes solitariamente, às constantes investidas racistas contra nossos corpos e epistemes vivenciadas na academia. Entretanto, era preciso que nos encontrássemos, que estabelecêssemos algum canal de diálogo que possibilitasse, coletivamente, falarmos sobre nós, entre nós e, sobretudo, a partir de nós.

Assim, para construir caminhos que visibilizassem a circulação de nossas pesquisas e corpos a partir da posição de cientistas negres, buscamos, como primeira ação, localizar estudantes, pós-graduandos, professores, pesquisadores negres, atuantes no campo da língua(gem) em diversas partes do país. Esse contato, para nós, era passo essencial na construção de sociabilidades mais democráticas a sujeitos racializados que ousam ocupar a academia por meio de seus estudos na Linguística e na Linguística Aplicada.

Divulgamos, então, junto de nosso manifesto, um formulário a ser preenchido por negres que compartilhassem conosco do anseio por um diálogo racializado em nosso campo de atuação. Para nossa (não) surpresa, em menos de um mês, recebemos 174 respostas. 174 pessoas, em diferentes níveis de formação de todos os cantos do país, se inscreveram para contribuir com a Repense. Um número que nos indicava a potencialidade que uma organização de pessoas negras, atuantes no campo da linguagem, poderia alcançar frente a uma mobilização política, intelectual e afetiva pautada na luta antirracista que, a nosso ver, necessariamente passava por repensar a língua(gem), em todos os seus aspectos.

4. REPENSE EM AÇÃO

Após a publicação do manifesto, a primeira ação do grupo foi marcada para 25 de julho de 2020, Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-americana e Caribenha. Escolhemos tal data para relembrarmos a força e resistência das mulheres negras brasileiras, que constroem múltiplas ações e modos de enfrentamento dentro e fora da Universidade. Nesse cenário, para começarmos a refletir sobre os impactos do racismo institucional sobre a intelectualidade negra, nos voltamos àquelas que ocupa(ra)m a posição de pesquisadoras da linguagem. A mesa “REPENSE com elas: mulheres negras na Linguagem” reuniu nossas pesquisadoras mulheres negras num diálogo sobre suas distintas vivências, experiências e pesquisas no campo dos estudos linguísticos brasileiros. Infelizmente, a

atividade não pode ser realizada na data primeiramente marcada, visto que a sala virtual em que nos reunimos foi invadida por um grupo de hackers que proferiram inúmeros ataques racistas e sexistas contra nosso grupo.

Remarcamos a mesa para dia 31 de julho e reforçamos nossas estratégias de segurança virtual para que não enfrentássemos, mais uma vez, uma tentativa de silenciamento. Dessa vez, conseguimos realizar a atividade, em que participantes de nosso coletivo relataram suas vivências enquanto mulheres negras estudantes, pesquisadoras e professoras. Além disso, a reunião também contou com a atuação das intérpretes de libras, que, além de realizarem a interpretação em libras, relataram suas experiências enquanto pesquisadoras e intérpretes negras. A atividade está disponível no Youtube e conta com mais de 500 visualizações⁸.

Apesar das singularidades dos relatos, o evento foi marcado por trajetórias atravessadas por violências, esperanças e sonhos em comum, que significavam a academia como um espaço contraditório, onde, simultaneamente, essas mulheres experienciavam formas outras de opressão racista e sexista e descobriam a potencialidade de sua relação política e intelectual com a língua(gem). As falas das participantes nos levavam a refletir sobre uma (das) feminilidade(s) negra(s) brasileira(s), atravessada(s) por gênero, raça e classe e construída numa tensa relação com a academia, em especial com os estudos da linguagem, onde essas confrontaram imagens de controle⁹ (HILL COLINS, 1990) específicas, que buscam limitar a (possibilidade de) intelectualidade feminina negra à questão racial, ao mesmo tempo que a deslegitimam ao marcá-la como muito subjetiva, pessoal e não coletiva, atravessada por emoções, não neutra, pouco científica, etc.

Em dezembro de 2020, realizamos também o 1º Fórum da REPENSE. Na ocasião, reunimos as pessoas que responderam ao formulário publicado junto ao manifesto, pois entendíamos que era preciso uma construção coletiva da rede a partir das demandas, objetivos e anseios do amplo grupo de pessoas inscritas na REPENSE. A organização do Fórum se deu a partir de um primeiro contato com as pessoas inscritas, via e-mail, em que apresentamos um chamado de escuta: enviamos a todes uma carta de boas-vindas à Repense, com questionamentos acerca das expectativas sobre a atuação da Rede. Assim, o momento do Fórum foi construído para discutirmos as reflexões, propostas e questões que surgiram a partir das diversas respostas que recebemos da carta.

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YX6AEufl-Is&t=2s>. Acesso: 31 maio 2022.

⁹ Patricia Hill Collins ([1990] 2019) argumenta que as imagens de controle são aspectos do funcionamento ideológico que (re)atualiza os sistemas interseccionais de dominação colonialista, articulando raça, sexualidade, gênero, classe, de forma a manter os sujeitos racializados (especialmente as mulheres negras) em condição de injustiça social após o fim da escravização, elas funcionam de modo a “fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana” (HILL COLLINS [1990] 2019, p. 136). Segundo a autora, a força dessas imagens consiste em sua capacidade de reorganização e reatualização para a manutenção do apagamento e silenciamento das estratégias múltiplas de resistência de negras e negros, o que se daria por meio de uma contínua objetificação e desumanização de seus corpos, construídos enquanto um corpo “outro” da sociedade.

Na ocasião, parte do grupo organizacional conduziu a ação, apresentando nossas expectativas quanto à organização política e burocrática do coletivo às mais de 50 pessoas presentes na reunião, realizada via Google Meet. A atividade foi dividida em dois momentos: o primeiro, em que se apresentou o grupo organizacional da Repense, os objetivos iniciais do coletivo e as propostas de atuação da Rede, seguido de 10 inscrições para falas da plenária de 3 minutos cada; e o segundo, em que se discutiu uma proposta de eixos para o Estatuto, também seguida de 10 inscrições, de 3 minutos cada.

No primeiro momento, reafirmamos que gostaríamos que a Repense fosse construída por pessoas em diversos momentos da vida acadêmica: graduandes, graduades, pós-graduandes e pós-graduades negres e antirracistas do campo da Linguística (L), Linguística Aplicada (LA) e Estudos da Linguagem (EL) de todo o país. Destacamos a organização autônoma que tivemos, a princípio, para estruturar as bases de um grupo amplo de pesquisadores, espalhados pelo Brasil, cujo anseio era construir coletivamente uma rede de acolhimento, formação e luta antirracista dentro dos Estudos da Linguagem. Além disso, reafirmamos que, apesar de necessitarmos de um grupo organizacional, tínhamos pensado nossa atuação a partir de uma perspectiva coletiva e colaborativa, da qual o Fórum era um primeiro momento.

Também apresentamos ao grupo, alguns eixos de ação para o coletivo: 1- formação; 2 - estratégias de apoio; 3 - divulgação científica e democratização do conhecimento; e 4 - campanhas de conscientização. Esses foram definidos a partir dos objetivos coletivos que constavam em nosso manifesto e das respostas do grupo inscrito aos seguintes questionamentos: “O que você, enquanto pessoa negra, pesquisadora no campo dos estudos da Linguagem, espera da REPENSE?”; “Como essa Rede poderia ajudar a sua vivência dentro da Universidade?” e “Em sua opinião, quais os maiores desafios para nós, pessoas negras, dentro da Linguística e da Linguística Aplicada?”.

A atividade, realizada em uma tarde de sábado, foi extremamente produtiva. Reunimos mais de 50 pessoas negras interessadas em constituir uma rede de acolhimento, troca e fortalecimento da negritude nos campos da Linguagem, dentro e fora da Academia. Percebíamos o anseio coletivo por enegrecer a Universidade, a escola e todos os espaços de conhecimento e sabíamos que a existência da Repense era prova disso.

Já em fevereiro de 2021, parte do grupo organizacional conduziu uma mesa no II Congresso Virtual da Universidade Federal da Bahia, edição 2021, intitulada “Repense: a organização e a construção da rede de pesquisadores negres de estudos da linguagem”¹⁰, na qual compartilharam as experiências que estávamos vivenciando na construção do coletivo.

¹⁰ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=z4w6pEZ8SNs> > Acesso: 31 maio 2022.

Na ocasião, além de apresentarmos um breve histórico da formação da rede no contexto de pandemia, frente às atualizações do racismo que incitaram constantes protestos antirracistas ao redor do mundo, ao crescimento dos estudos linguísticos sobre raça e racismo e à necessidade de mais profissionais negres na produção de conhecimentos linguísticos no Brasil, nos debruçamos sobre algumas discussões teórico-políticas que avaliamos urgentes no campo da língua(gem). Nesse sentido, destacamos, por exemplo, publicações da *Linguistic Society of America*¹¹, acerca da (tardia) insurgência de um interesse na relação entre raça, racismo e linguagem, tanto enquanto aparatos teóricos e analíticos, quanto como aspecto que atravessa a própria prática de profissionais da Linguística.

Muito/as linguistas e departamentos de linguística estão agora ativamente lutando em torno do que raça e racismo significam enquanto conceitos teóricos, de como podemos nos direcionar ao estudo de raça e agir contra práticas racistas em nossa disciplina, e como trabalhar para não apenas ser ‘menos racistas’ mas de fato antirracistas em cada aspecto de nossas vidas intelectuais, profissionais e pessoais” (CHARITY-HUDLEY, MALLINSON, BUCHOLTZ, 2020b, p. e307, tradução nossa).

Assim, no espaço de um evento acadêmico, advogamos pela dialética entre o campo científico e o campo político, necessária para repensarmos nossa atuação profissional inevitavelmente atravessada pelo político e pelo pessoal. Entendemos que reconhecer tal atravessamento é imperioso para que as práticas de análise linguística, nas diferentes abordagens da área, se pautem pelo compromisso ético e social em interrogar nossos pressupostos acadêmicos na direção de uma ciência linguística decolonial (LEONARD, 2020). A partir das inúmeras reflexões feitas em nosso coletivo, defendemos a importância e necessidade de a Linguística e a Linguística Aplicada brasileiras entrarem de forma efetiva neste debate, considerando, especialmente, a urgência de um diálogo com epistemologias “afro-indígena-centradas” e decoloniais.

Nosso entendimento, enquanto REPENSE, sempre foi de que o trabalho linguístico afeta a vida das línguas e dos povos sobre os quais ele trata (GABY; WOODS, 2020), por isso é necessário (re)considerar o papel das narrativas e subjetividade no trabalho acadêmico, priorizando experiências e pesquisas de intelectuais negres e indígenas antirracistas, nos processos de educação e análise linguística. Tal ação visa superar a estigmatização de línguas, de variedades linguísticas e de seus falantes, além do apagamento das pesquisas e de corpos negres e indígenas, produtores de conhecimento linguístico, embora silenciados em decorrência do racismo estrutural e institucional. É preciso, portanto, que nosso campo comece a racializar seus espaços de produção científica. A nosso

¹¹ Disponíveis em: <https://muse.jhu.edu/issue/43394>. Acesso em: 29 mar. 2022.

ver, essa necessidade implica em ações efetivas de fortalecimento das lutas negras, incluindo a luta pela educação e por uma verdadeira democracia, como a divulgação científica negra e o apoio financeiro e psicossocial a pesquisadores negres.

Por fim, uma última ação que estamos realizando diz respeito à organização do primeiro livro da Repense, a ser publicado no segundo semestre de 2022, pela Editora Segundo Selo. Ao longo de 2021, selecionamos dez artigos originais e inéditos, nas áreas de Linguística, Linguística Aplicada, Educação, Comunicação e áreas afins, compreendendo estudos de interesse do campo da linguagem, para publicação impressa. A obra será organizada por jovens pesquisadores e pesquisadoras do grupo organizacional da REPENSE, em início de carreira acadêmica. Tal escolha reflete um princípio básico da Rede: fortalecer e apoiar a atuação profissional e política daqueles e daquelas que ocupam a academia por meio de seus estudos no campo da linguagem. Assim, foi consenso, no coletivo, a importância de oportunizarmos aos mais jovens a chance de ocupar a posição de organizadores de uma obra coletiva.

Todas/os as/os autoras/es são membros da REPENSE, apresentam diferentes níveis de formação ou atividade: graduandas/os, graduadas/os, professoras/es, pós-graduandas/os, pós-graduadas/os, e se identificam, em termos étnico-raciais, como negras, negros ou negres. A princípio, membros do grupo organizacional da rede não participariam da publicação como autores, uma vez que o principal objetivo era oportunizar ao grupo de inscrites a possibilidade de participar de uma publicação de qualidade, impressa e gratuita. Entretanto, dado o baixo número de artigos aprovados nas avaliações às cegas, entre pares, foi necessário rever essa decisão para viabilizar a publicação da obra. Assim, o livro contará com textos de pesquisadores negres em diferentes áreas, com potencial de impacto no ensino, na pesquisa e na extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: É PRECISO OCUPAR E MOBILIZAR

Em outubro de 2021, houve uma reunião do grupo organizacional da REPENSE na qual foi aprovado o encerramento da atuação dos componentes desse grupo. Tal episódio reflete um cenário de acúmulo de trabalho e excesso de demandas pessoais e profissionais por parte das pessoas que se mantiveram no exercício gestor da rede. Além disso, o cenário pandêmico, aliado a todo acúmulo emocional e inseguranças trabalhistas, culminou na saída gradual de muitos membros que compuseram outrora esse grupo organizacional.

É fundamental destacarmos que o encerramento da atuação desse grupo não implica, **em nenhuma instância**, no encerramento da rede. Pelo contrário, demarca a **necessidade de ocupação de novos sujeitos** para que possamos manter uma estratégia orgânica de mobilização, na qual seja

possível agregar experiência de quem esteve nesse grupo organizacional aliada a toda forma de colaboração dos demais membros da rede, uma vez que atingimos a marca de 174 inscrites.

O número crescente de pessoas inscritas na rede reflete o constante cenário de violências e micro-violências aos quais pessoas negras são constantemente submetidas dentro e fora do âmbito acadêmico. À exemplo disso, acionamos como mais uma evidência empírica o texto intitulado “Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo”, da autoria do antropólogo Antônio Risério, publicado em 15 de janeiro de 2022, pelo Jornal Folha de São Paulo, em que se lê “Sob discurso antirracista, o racismo se manifesta por organizações supremacistas [...]”. Ora, apenas na primeira sentença, para além de seu título, o texto já anuncia inúmeros elementos contraditórios e falaciosos.

Vejam, se há efetivamente um “discurso antirracista”, em que medida o racismo se faz presente? Em vista disso, sequer é preciso acionar qualquer teoria semântica para verificar o dissenso aí posto. A seguir, questiona-se: como poderia haver “supremacistas negros” sem que haja mobilidade socioeconômica da população negra de forma massiva? Afinal, o que o renomado autor alega ser “supremacia”?

Suponhamos que seja apenas manifestação de almejar a dita supremacia, no campo do imaginário. No entanto, é óbvio que o suposto “desejo” da dita “supremacia” jamais poderia incorrer em sua efetivação, haja vista que não é lícito desconsiderar os efeitos materiais e simbólicos de mais de três séculos de escravização da população negra (KILOMBA, 2019). Ou seja, se nos dissermos “superiores”, o seremos, por mero desejo?

A argumentação frágil encontra morada na hipótese identitarista, sob a qual se intenta “fragmentar para conquistar”. Contudo, é leviano cogitarmos fragmentação frente ao cenário em que sequer fomos, em algum momento, unidade. Afinal, o que representam pessoas negras e indígenas no imaginário de unidade nacional? Ademais, é recorrente a compreensão de identidade como nos informa Hall (1992, p. 12),

[a] identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1987). É definida historicamente e, não biologicamente.

Por essa razão, há anos os movimentos teóricos e sociais, com destaque para o Feminismo Negro (RIBEIRO, 2018), argumentam contra a hipótese universalista, segundo a qual, em alguma instância abstrata, no âmbito social, seria possível a concepção de uma identidade universal que não refletisse mais uma identidade específica, não por acaso aquela que, historicamente, goza de poder. Logo, nos parece lícito que homens brancos heterossexuais cisgêneros, tão específicos quanto

qualquer outro setor da sociedade, encabecem a eugênica tentativa de seu estabelecimento como suposto/pretenso universal.

Na mesma direção, a carta em defesa do renomado antropólogo também agencia novas falácias na tentativa de argumentação. Dentre elas, chamamos atenção a dois aspectos de língua(gem), dado que nosso texto advoga em função da importância do fator racial em tais reflexões. Na referida carta, é possível ler:

[...] Falamos de ‘racismo’ segundo a definição clássica, do senso comum e do bom senso, registrada nos dicionários. [...] Os identitários querem alterar à força, unilateralmente e sem consultar os falantes da língua, a definição de ‘racismo’ de forma a fazê-lo unidirecional e maleável a seus interesses, alegando que é ‘relação de poder’.

A insistência na tentativa de argumentação, por si só, evidencia a inconsistência do debate, uma vez que “senso comum”, “gramatização” e “variação” são acionados em defesa da negação da nítida disputa de poder presente na narrativa em questão. Em que medida, conceitos tão antagônicos podem ser legitimados em defesa de um projeto de democracia unilateral, em que se nega a diversidade? Ora, se o “senso comum” orienta o fazer científico, em que instância normatização e variação podem ser, concomitantemente, colaborativas nessa ineficaz tentativa de argumentação?

Valendo-se de uma perspectiva normativa e prescritiva, o conservadorismo racista apela para o dicionário, concebido, nessa perspectiva, como o portador do sentido original e verdadeiro. Esquecem-se, porém, que o dicionário é um instrumento linguístico e uma tecnologia da colonização (AUROUX, 2009) e, enquanto instrumento, documenta a língua a partir de uma lógica nacionalista, colonial, normativa e prescritiva, transformando essa documentação em tecnologia que tenta regular os usos linguísticos. Como se pode preconizar em qualquer perspectiva verdadeiramente comprometida com a construção legítima do saber, não será o dicionário (ainda que um dicionário brasileiro) o espaço para a definição do que seja racismo no Brasil, em virtude de que esse não é um instrumento interessado em especificidades, mas em generalidades ancoradas numa formação discursiva que protege o poder estabelecido.

É clamando pela “reinvenção da emancipação social” que Boaventura Santos (2002) nos apresenta caminhos para “democratizar a democracia”, de modo que a democracia participativa se apresenta como uma alternativa eficaz. Logo, é preciso observar que

[o]s cientistas sociais, uns mais relutantes do que outros, são, em geral, herdeiros do paradigma científico hegemônico. Sendo assim, como poderão os cientistas que trabalham fora dos centros hegemônicos converter a sua [...] marginalidade em energia inovadora? (SANTOS, 2002, p. 16).

O episódio supracitado, bem como as problemáticas por ele desencadeadas, evidenciam a urgência da demanda Negrolinguística. Diante disso, o presente texto, além de registrar, nessa instância, a REPENSE, também atua como motivação para sua ocupação. Não há caminho para democratização da democracia sem participação efetiva. Por conta disso, vemos, ainda, nesse gênero textual, espaço de mobilização, por isso convidamos, por meio desta e de outras vias, integrantes da REPENSE a ocupar e mobilizar esse potente espaço de resistência e reexistência (SOUZA, 2011).

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALIM, H. Samy. *Introducing Raciolinguistics: Racing language and languaging race in hyperracial times*. In: ALIM, H. Samy; RICKFORD, John R.; BALL, Aretha F. (orgs.). *Raciolinguistics. How language shapes our ideas about race*. 1 ed. Oxford/New York: Oxford University Press, 2016, p. 1-30.
- ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009.
- BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. In: RIBEIRO, Matilde (Org.). *Revista Estudos Feministas*, Dossiê Mulheres Negras, Florianópolis, v.3, n.3, 1995.
- BORGES, Roberto Carlos da Silva; MELO, Glenda Cristina Valim de. Quando a raça e o gênero estão em questão: embates discursivos em rede social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 27, v. 2, 2019, p. 1-12.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério da Economia (ed.). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. 41. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 12 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica). Disponível em: <https://bit.ly/3sX0Jog>. Acesso em: 04 jan. 2021.
- _____. *Lei nº. 12.711*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. DF: Presidência da República, 2012.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CERQUEIRA, Fernanda de Oliveira. Lélia Gonzalez e o Pretuguês: do racismo e sexismo ao epistemicídio. In: CARVALHO, D.; LIMA, P. E. (Orgs.). *Linguagem, gênero e sexualidade*. Salvador: Edufba, no prelo.
- CHARITY-HUDLEY, Anne H.; MALLINSON, Christine; BUCHOLTZ, Mary. From theory to action: working collectively toward a more antiracist linguistics (response to commentators). *Language*, v. 96, n. 4, 2020.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and the violence against women of color. *Stanford Law Review*, 1991, v. 43, n. 6, p. 1241-1299.

- DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1968.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- GABY, Alice; WOODS, Lesley. Toward linguistic justice for Indigenous people: A response to Charity Hudley, Mallinson, and Bucholtz. *Language*, v. 96, n. 4, 2020, p. e268-e280.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro latino americano*. Ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020 [1983]. p. 75-93.
- HALL, Stuart. A identidade em questão. In: HALL, S. *A identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1992, p.7-13.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. In: SOVIK, Liv (Org.). Tradução de Adelaine Resende [et al.]. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HILL COLLINS, Patricia (1990). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- LEONARD, Wesley Y. Insights from Native American Studies for theorizing race and racism in linguistics (Response to Charity Hudley, Mallinson, and Bucholtz). *Language*, v. 96, n. 4, p. e281-e291, 2020.
- MBEMBE, Achille. *A crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.
- MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. *Revista da Abralin*. v. 2, n. 20, 2021, p. 01-19.
- NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo Linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2020.
- RAJAGOPALAN, K. The English Language, Globalization and Latin America: possible lessons from the 'uter Circle. In: OMINYI, T.; SAXENA, M. (Eds.). *Forthcoming: World Englishes and Globalization*, 2010.
- REDE DE PESQUISADORES NEGRES DE ESTUDOS DA LINGUAGEM. Manifesto de Lançamento da REPENSE - Rede de Pesquisadores NegreS de Estudos da Linguagem. *Repense*. Disponível em: <https://www.repense.org/p/manifesto.html>. Acesso em: 29 jan. 2022.
- RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- RISÉRIO, Antônio. Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo. *Folha de São Paulo*, 2021. Acesso em 27 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/01/racismo-de-negros-contra-brancos-ganha-forca-com-identitarismo.shtml>
- SAN'TANNA, Livia Vaz. *Ações Afirmativas: aplicação às políticas de saúde para população negra*. Dissertação de Mestrado, FDUFBA: UFBA, 2006.

SANTOS, Dayane Brito Reis. *Para além das cotas raciais: a permanência dos estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa*. Tese de Doutorado, FAGED: UFBA, 2009.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Pela Mão de Alice*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, Ana Lúcia S. *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança*. São Paulo: Parábola, 2011.